



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva  
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

**144ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente**

**Data: 27 de novembro de 2024**

**Local: Auditório 01 do IBAMA, Edifício do IBAMA Sede, Brasília/DF**

**SUMÁRIO EXECUTIVO<sup>1</sup>**

**1. ABERTURA DA REUNIÃO**

O **Secretário Executivo João Paulo Capobianco** deu as boas-vindas a todos, informando que a Ministra Marina Silva seria responsável pela abertura dos trabalhos e que, em seguida, haveria a apresentação da Prof. Mariana Mazzucato e da Dra. Vera Songwe sobre o estudo realizado para a Força Tarefa de Combate à Mudança do Clima do G20.

A **Ministra Marina Silva** cumprimentou a todos e parabenizou o trabalho do Conselho em 2024, destacando a aprovação de resoluções importantes em meio a uma situação dramática no país, marcada pelo agravamento de eventos climáticos extremos, como as enchentes devastadoras no Rio Grande do Sul e um longo período de estiagem, que intensificou os incêndios florestais no Pantanal e na Amazônia.

Ela também cumprimentou as palestrantes que coordenaram o relatório independente que seria apresentado em seguida. Fez um relato sobre os **trabalhos realizados no âmbito do G20** sob a liderança do Brasil, destacando temas como o combate à desigualdade, mudança do clima, bioeconomia e mecanismos de financiamento. Ressaltou a iniciativa de criação de uma **plataforma que reúne prioridades nacionais**, permitindo que investidores alinhem seus investimentos a estas prioridades. O Brasil, neste contexto, estabeleceu suas prioridades à luz do Plano de Transformação Ecológica, do Plano Clima, além de outros programas para o enfrentamento da mudança climática e do desenvolvimento sustentável.

A Ministra ressaltou que 2024 foi um ano de muito trabalho em diversas agendas. Enfatizou a **redução do desmatamento**, celebrando e parabenizando o Ibama, o ICMBio, a Polícia Federal e os 19 Ministérios que trabalharam juntos, com a coordenação política da Casa Civil e a coordenação executiva do Ministério do Meio Ambiente. Informou também que uma apresentação sobre estes resultados seria feita na Plenária pela Secretaria Extraordinária de Combate ao Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial.

Mencionou outros assuntos que seriam tratados na Plenária, como as atividades preparatórias para a **5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente**, que já havia mobilizado mais de 1000 municípios na

<sup>1</sup> A documentação completa da reunião encontra-se na página do Conama:  
[https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com\\_sisconama&view=reuniao&id=2573](https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com_sisconama&view=reuniao&id=2573)



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

etapa municipal. Destacou também a apresentação sobre o Plano Clima e a **nova NDC brasileira**, considerada uma meta altamente ambiciosa e fruto de um processo participativo. Ressaltou a importância de uma nova governança, novos marcos regulatórios e a criação de estruturas como um comitê técnico-científico para dar suporte às ações, além de um Conselho Nacional de Emergência Climática.

Destacou que **2025 trará o desafio da COP30**, que ocorrerá no Brasil, e a responsabilidade de resolver pontos não concluídos pela COP29, especialmente relacionadas ao **financiamento climático**. Da COP29 resultou o compromisso de que o Brasil e outros países trabalhem ao longo de 2025 para apresentar, na COP30, um plano de como alcançar o financiamento necessário de 1,3 trilhão de dólares. O sucesso da COP30 dependerá do alinhamento das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) com a meta de 1,5°C, exigindo ambições robustas. A meta brasileira inclui a redução de 67% das emissões até 2035, com planos de redução para todos os setores. A Ministra ressaltou que, sem a implementação dessas medidas, as florestas desaparecerão. Apontou que sediar a COP na floresta brasileira será uma oportunidade de promover o equilíbrio climático do planeta.

Por fim, reforçou que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima atua de forma transversal, colaborativa e em parceria com estados, municípios e a sociedade.

## **APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO “UM PLANETA VERDE E JUSTO - A AGENDA DE 1,5°C PARA A GOVERNANÇA GLOBAL DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL E FINANCEIRA DO G20”**

Após a fala da Ministra foi realizada a apresentação do relatório “Um Planeta Verde e Justo - a agenda de 1,5°C para a governança global das políticas industrial e financeira do G20”, elaborado pelo Grupo de Especialistas da Força Tarefa de combate à Mudança do Clima do G20. A exposição foi conduzida pela Prof. Mariana Mazzucato e pela Dra. Vera Songwe, co-presidentes do grupo.

Acesse a versão digital em português do relatório em:

[https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2024/11/AF\\_tf-clima\\_report-g20\\_pt\\_digital.pdf](https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2024/11/AF_tf-clima_report-g20_pt_digital.pdf)

## **2. APRESENTAÇÃO DE NOVOS CONSELHEIROS**

A diretora do DSisnama, Marcela Moraes, apresentou os novos conselheiros do Conama, nos termos da Portaria GM/MMA nº 1.208, de 14 de novembro de 2024.

Acesse a Portaria completa em:

<https://conama.mma.gov.br/component/sisconama/?task=documento.download&id=26040>

## **3. APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS DA 143ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONAMA**



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- Transcrição aprovada.

Acesse a transcrição completa em:

[https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com\\_sisconama&task=documento.download&id=26024](https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com_sisconama&task=documento.download&id=26024)

#### 4. TRIBUNA LIVRE

**Ministra Marina Silva (MMA)** - Informou sobre sua participação, juntamente com o Secretário-Executivo João Paulo Capobianco, a Secretária de Biodiversidade e Florestas, Rita Mesquita, e o Instituto Chico Mendes, na **Convenção das Partes sobre Biodiversidade (COP 16)**. Ressaltou avanços importantes, como o reconhecimento da contribuição da população afrodescendente para os processos de proteção, restauração e uso sustentável da biodiversidade e o reconhecimento dos saberes tradicionais, sobretudo para os processos tecnológicos de sequenciamento genético e para a justa partilha de benefícios relativa às informações provenientes de recursos genéticos de comunidades. Ressaltou também a criação de um fundo para a alocação desses recursos.

Relatou **dificuldades durante os debates sobre financiamento** devido ao esvaziamento do quórum, o que impediu uma decisão sobre o tema. Apesar disso, destacou o esforço do Brasil para alcançar um acordo, com a necessidade de 1,3 trilhão de dólares, começando com 300 bilhões. Enfatizou a importância da **mobilização diplomática para a COP 30**, visando que os países apresentem NDCs alinhadas ao limite de 1,5°C. Informou que, embora o prazo seja fevereiro, muitos países devem apresentar suas NDCs até junho, destacando que o Brasil foi um dos primeiros a apresentar a sua.

A Ministra destacou os principais eixos da diplomacia climática, como financiamento e transição justa. Mencionou a proposta do presidente Lula na Cúpula do Futuro de realizar um **Balanco Global Ético**, em parceria com a ONU, para avaliar os avanços e as ações necessárias para atingir a meta de 1,5°C. Esse balanço orientou os debates da COP 28 e servirá de base para a COP 30. Além disso, informou que está em discussão a **periodicidade de atualização das NDCs**, com a proposta de reduzir o intervalo de cinco para dois anos, caso as metas não estejam alinhadas com o limite de 1,5°C.

Por fim, ressaltou que, por se tratar de uma mobilização que envolve toda a sociedade, e não apenas a dinâmica governamental, fez questão de simbolicamente falar da Tribuna Livre.

**Marçal Fortes (Anamma)** – Manifestou condolências ao acidente trágico que ocorreu em Alagoas, na Serra da Barriga, onde 18 vidas foram ceifadas e sugeriu que o Conselho estendesse suas condolências ao governo de Alagoas. Ressaltou o envolvimento da Anamma, juntamente com a Abema nas ações da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente. Agradeceu aos conselheiros da Anamma e ao Presidente Alder Flores, por acompanharem as ações relacionadas às questões climáticas. Lembrou que tudo ocorre nos municípios e expressou estar feliz por esse colegiado no qual se tem participação e voz ativa.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

**Lauro Bacca (Sociedade Civil)** – Destacou que este é um momento crucial para a história do Conama e da Política Nacional de Meio Ambiente. Reconheceu os desafios significativos que se apresentam e reafirmou o compromisso das entidades ambientalistas com a construção de um conselho mais representativo e participativo, capaz de enfrentar as demandas ambientais do século XXI. Ressaltou que a **recomposição do Conama** é um compromisso primordial, sendo mais do que um processo técnico: trata-se de um símbolo da redemocratização, que assegura a inclusão de diversos segmentos e amplia a representatividade na defesa da agenda ambiental. Enfatizou que essa prioridade reflete a responsabilidade dos conselheiros com a Política Nacional de Meio Ambiente e com as gerações futuras. Salientou a necessidade de instituições sólidas para a manutenção da democracia, assim como de um processo de governança transparente e efetivo. Reforçou a importância de assumir o compromisso de resolver as questões pendentes, de forma a construir um próximo plenário mais forte e equilibrado. Ressaltou que ainda há uma lista de compromissos assumidos que precisam ser efetivados e que seria desmotivador para este mandato deixar de resolver os pontos centrais discutidos nos primeiros encontros.

**Tobias Vieira (Sociedade Civil)** – Mencionou o problema de obstrução de algumas matérias, com destaques, pedidos de vista e pedidos de retirada de pauta. Citou como exemplo a discussão da Resolução 420 e da Agenda Nacional do Meio Ambiente no CIPAM. Solicitou que os outros setores dialoguem com a sociedade civil, buscando construir soluções de forma conjunta. Enfatizou a importância de trabalharem em parceria nesse processo, permitindo que o Conama avance na construção dos normativos.

**Mauren Lazzaretti (Abema)** – Lembrou que, em paralelo à reunião plenária do Conama, ocorre a reunião da **Comissão Tripartite Nacional**, e que as ações discutidas nesses dois espaços são estruturantes para execução das políticas públicas da União, estados e municípios, sendo exemplo de atuação cooperada e integrada, além de contribuir para a construção de soluções para o país ao ouvir as necessidades dos que estão no território. Destacou os resultados positivos da redução do desmatamento na Amazônia e a atuação dos órgãos estaduais de forma integrada com os órgãos federais no combate ao desmatamento. Ressaltou que o estado de Mato Grosso, em 2024, foi responsável pela lavratura de mais de 4.000 autos de infração e pelo embargo de mais de 200.000 hectares relacionados ao desmatamento ilegal. Informou que os estados têm buscado atuar de forma mais eficiente, tal como tem feito o governo federal e os municípios. Enfatizou que o **COMIF (Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo)** aprovou seu regimento interno e estabeleceu uma agenda consistente preparatória para os enfrentamentos do ano seguinte. No ano de 2024 a **atuação cooperada entre os entes federativos** permitiu reduzir os impactos previstos, que seriam catastróficos, conseguindo aplicar de maneira eficiente os poucos recursos que tinham. Reforçou que os estados estão abertos a dialogar com a sociedade civil, assim como tem sido feito com o governo federal, com os municípios e com o setor empresarial, inaugurando um novo tempo, em que o diálogo e a construção são mais eficazes do que o embate.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

**João Paulo Capobianco (Secretário Executivo)** – Destacou que uma das diretrizes da gestão atual é o fortalecimento do Sisnama, com diversas iniciativas sendo desenvolvidas pela diretoria do Conama e Sisnama. Essas iniciativas envolvem aperfeiçoamentos nos processos de tramitação, reuniões, organização de informações, troca de experiências e fortalecimento da atuação tripartite. Reforçou as palavras de Mauren sobre a ação integrada em 2024, citando como exemplo o impacto das queimadas, que poderiam ter sido muito mais graves sem a ação conjunta, como nos casos do Pantanal e da Amazônia. Mencionou a aprovação recente pelo Fundo da Amazônia de capacitações para os corpos de bombeiros nos estados da Amazônia, destacando o esforço do BNDES, do Ministério do Meio Ambiente e dos governos estaduais para viabilizar essas ações. Com a aprovação do Regimento Interno do COMIF, espera-se começar 2025 com um planejamento mais organizado entre os três níveis de governo.

## 5. ENCAMINHAMENTOS DA SECRETARIA-EXECUTIVA

**João Paulo Capobianco (Secretário Executivo)** – Informou que o CIPAM aprovou a admissibilidade da proposta de alteração da Resolução Conama nº 428, de dezembro de 2010, que dispõe no âmbito licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração de unidade de conservação no caso de licenciamento Ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA/RIMA, e dá outras providências.

## 6. ORDEM DO DIA E ENCAMINHAMENTOS

**João Paulo Capobianco (Secretário Executivo)** - Informou uma alteração na ordem das apresentações e a inclusão da apresentação sobre a Conferência Nacional do Meio Ambiente.

- a) **Proposta de Moção pelo fim da degradação do Pampa e pela qualidade de vida de sua população – Antônio Carlos Soler (Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária - AMAR).**

**Resultado:** Pedido de vistas solicitado pelo conselheiro representante do Rio Grande do Sul.

Para acessar a proposta:

[https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com\\_sisconama&task=documento.download&id=26022](https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com_sisconama&task=documento.download&id=26022)

- b) **Proposta de Moção de apoio ao PL 3.621/2024, que dispõe sobre a criação, regulamentação e medidas de valorização, proteção e promoção da profissão de Brigadistas Florestais no Brasil – César Victor do Espírito Santo (Fundação Pró Natureza - Funatura).**



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

**Resultado:** Moção aprovada por unanimidade.

Para acessar a proposta:

[https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com\\_sisconama&task=documento.download&id=26025](https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com_sisconama&task=documento.download&id=26025)

- c) **Proposta de Moção sobre o Risco Imposto à Conservação e Uso Sustentável dos Campos de Altitude da Mata Atlântica com a definição trazida pelo Código Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina – Heloísa Dias (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – IA-RBMA).**

**Resultado:** Pedido de vistas pela conselheira representante de Santa Catarina.

Para acessar a proposta:

[https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com\\_sisconama&view=processo&id=2675](https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com_sisconama&view=processo&id=2675)

## 7. PROPOSTA DE CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO PLENÁRIO PARA O ANO DE 2025

**Resultado:** Calendário aprovado com as seguintes datas:

- 145ª Reunião Ordinária do Conama 12/03/2025
- 146ª Reunião Ordinária do Conama 11/06/2025
- 147ª Reunião Ordinária do Conama 03/09/2025
- 148ª Reunião Ordinária do Conama 03/12/2025

## 8. DISCUSSÕES DE TEMAS RELEVANTES PARA A AGENDA AMBIENTAL E INFORMES:

- a) **Dados sobre a taxa de desmatamento na Amazônia e no Cerrado – PRODES, de agosto de 2023 a julho de 2024 – Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial (SECD/MMA) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) - Apresentação realizada pelo Secretário André Lima (SECD/MMA).**

Acesse a apresentação em:

[https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com\\_sisconama&task=documento.download&id=26064](https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com_sisconama&task=documento.download&id=26064)

- **João Paulo Capobianco (Secretário Executivo)** – Reforçou o vigor da agenda apresentada pelo Secretário André Lima, destacando os dados que indicam uma redução de 55% no desmatamento da Mata Atlântica no primeiro semestre de 2024. Ressaltou também os



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

avanços no Pantanal, que ainda não tem a série completa – com a implantação pelo INPE do Deter Pantanal, tendo o último relatório mostrando dados estimulantes. Comparando os meses de 2023 e 2024, houve uma queda de agosto 23/24, redução de 69,8%, setembro 23/24, redução de 81,9%, outubro 23/24, redução de 87,5%. Observou que, no Cerrado, os números confirmam a continuidade da redução do desmatamento. No entanto, pontuou que algumas preocupações na Amazônia persistem e estão sendo trabalhadas em parceria com os estados e os municípios. Destacou o Pantanal como um caso de sucesso de cooperação entre os entes federativos no combate ao desmatamento.

- **Juliana Miranda (WWF Brasil)** – Celebrou a redução das taxas de desmatamento e os resultados alcançados no último ano, reconhecendo, entretanto, que os índices ainda representam perdas significativas de vegetação nativa. Destacou a importância de apresentar, com regularidade semelhante, os dados de monitoramento dos demais biomas brasileiros, ressaltando que o governo tem se empenhado em implementar ações de proteção desses biomas e atualizar os planos de controle do desmatamento. Mencionou que a sociedade civil está mobilizada para a discussão sobre o desmatamento que pode ser autorizado e questionou sobre como o governo federal tem avançado na elaboração de uma resolução que promova maior transparência e padronização nos critérios para emissão das ASVs (Autorizações de Supressão Vegetal). Recordou a última oficina de diretrizes organizada pelo Conama, realizada em 18 de setembro, cujo objetivo era aprovar a resolução ainda no primeiro semestre de 2025. Adicionalmente, apontou a preocupação da sociedade com a degradação causada por incêndios e fragmentação florestal, questionando como o governo federal está se organizando para prevenir e mitigar os danos resultantes dessas situações.
- **João Paulo Capobianco (Secretário Executivo)** – Destacou, em relação ao último ponto, que o Presidente da República assinou uma medida provisória que assegura à vegetação nativa incendiada a manutenção de todos os critérios de proteção legal existentes antes do incêndio. Assim, a medida proíbe a utilização dessas áreas para quaisquer fins que não sejam a regeneração obrigatória, sendo considerada fundamental para coibir os incêndios de caráter especulativo.
- **André Lima (SECD/MMA)** - Mencionou que o INPE está conduzindo estudos sobre a degradação causada por incêndios, com foco em um fator crítico: a ocorrência de incêndios sucessivos em uma mesma área. Ressaltou que, nesses casos, no ano seguinte, essas áreas passam a ser classificadas como desmatamento e não mais como degradação. Apontou que está em andamento o trabalho de identificação desse índice de recorrência de incêndios, com vistas à elaboração de medidas específicas. Entre as possibilidades, citou a aplicação da Lei de Manejo Integrado do Fogo, incluindo a responsabilização por omissão (não apenas por atear fogo) e a exigência de ações preventivas adicionais em áreas que tenham apresentado recorrência de incêndios nos últimos anos. Sobre as ASVs, informou que a resolução foi



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

protocolada com a avaliação de impacto regulatório e começará a tramitar no Conama, com a meta de aprovação até o final do primeiro semestre de 2025. Ressaltou a necessidade de colaboração para alcançar esse objetivo, destacando que a proposta respeita a autonomia dos Estados na emissão das autorizações, mas busca adotar princípios de transparência e integração de dados. O objetivo é diferenciar claramente o desmatamento legal do ilegal, permitindo ações específicas para mitigar emissões provenientes de supressões autorizadas e fortalecer o combate ao desmatamento criminoso e à grilagem, integrando agendas distintas e complementares.

- **César Victor do Espírito Santo (Funatura)** - Destacou a importância da questão financeira no combate ao desmatamento, apontando que os incentivos governamentais ao agronegócio, especialmente através do Plano Safra, contribuem diretamente para a destruição do bioma. Ele enfatizou que a lei permite o desmatamento de até 80% das propriedades e os subsídios em áreas como insumos agrícolas e maquinários incentivam atividades que prejudicam o Cerrado. Alertou que, se os incentivos para novos desmatamentos, como os observados no Matopiba, não forem reduzidos, será impossível alcançar as metas de redução de emissões de gases de efeito estufa em 70%, como proposto. Além disso, mencionou a necessidade de fortalecer a bioeconomia e os produtos da biodiversidade, que ainda são muito limitados. Ele também ressaltou que a reforma tributária em tramitação no Senado pode resultar em isenções fiscais para atividades que promovem o desmatamento, o que reforça a urgência de revisar esses incentivos para mitigar os impactos ambientais e reduzir as emissões.
- **João Paulo Capobianco (Secretário Executivo)** – Informou que as questões abordadas por César estão sendo trabalhadas de forma intensa no âmbito do governo, incluindo aprimoramentos no Plano Safra, com foco nessa direção. Já está aprovada e em funcionamento a vedação completa de crédito para desmatamento ilegal, com ampliação do embargo, que antes era de competência do governo federal, agora abrangendo também os governos estaduais. Está em discussão a implementação do crédito zero e uma mudança na formulação do crédito, de modo que não haja mais crédito subsidiado. O crédito rural normal, que paga a taxa de mercado, é oferecido pelos bancos privados, enquanto o crédito subsidiado pela sociedade está sendo reavaliado, com diversos processos em andamento para garantir que ele não financie atividades que resultem em desmatamento, mesmo que legal. Além disso, no programa de recuperação de áreas degradadas, há uma exigência de que, uma vez que o benefício seja recebido, o CPF ou CNPJ beneficiado não poderá realizar desmatamento, nem mesmo de forma legal, em outros biomas ou regiões.
- **Pedro Ivo Batista (Alternativa Terrazul)** – Foi destacado o crescimento alarmante de 612% no desmatamento em Brasília em 2023, apesar de todo o esforço do Secretário de Meio Ambiente. E existe um problema com a Terracap, especificamente, que possui um conselho com 49% de representantes do governo federal e é um dos principais responsáveis pelo



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

desmatamento e degradação em Brasília. Foi feito um apelo para que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima reivindique a nomeação de conselheiros na Terracap.

**b) Apresentação sobre a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente - Larissa de Oliveira Barros (assessora especial do gabinete da ministra) -** Informou sobre a prorrogação do prazo de realização da etapa municipal, intermunicipal e das conferências livres até 26 de janeiro de 2025. Foi mantido o prazo das estaduais até 15 de março de 2025. Informou também que os documentos foram disponibilizados na Plataforma Brasil Participativo.

Acesse a apresentação em:

[https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com\\_sisconama&task=documento.download&id=26065](https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com_sisconama&task=documento.download&id=26065)

**c) Apresentação sobre o Relatório Anual de Acompanhamento da Qualidade do Ar e sobre o Inventário Nacional de Bifenilas Policloradas – Taiane Rezende (Secretaria Nacional substituta de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental).** Apresentou o relatório anual de acompanhamento da qualidade do ar, conforme determina a Resolução Conama nº 491/2018, elaborado pelo Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima em conjunto com a Universidade Federal de Santa Catarina, através de um termo de execução descentralizada. Ressaltou a importância do ano para a qualidade do ar, com uma lei que estabelece a Política Nacional de Qualidade do Ar, com a atualização da Resolução Conama nº 491, e informou sobre a minuta de resolução e análise de impacto regulatório sobre o PRONAR enviadas ao Conama. Em seguida apresentou o Inventário Nacional de Bifenilas Policloradas, conforme determina a Lei nº 14.250/2021.

Acesse o relatório anual de acompanhamento da qualidade do ar em:

[https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com\\_sisconama&task=documento.download&id=26031](https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com_sisconama&task=documento.download&id=26031)

Acesse a apresentação sobre o inventário nacional de bifenilas policloradas em:

[https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com\\_sisconama&task=documento.download&id=26062](https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com_sisconama&task=documento.download&id=26062)

**d) Apresentação do Relatório Anual de Coleta de Óleo Lubrificante Usado e Contaminado – Eduardo Rocha (Diretor do Departamento de Resíduos na Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental).** Apresentou ao Conama os resultados da Resolução Conama 362, que trata de óleos lubrificantes. Ressaltou o trabalho do Conama na estruturação de marcos legais para a área de resíduos, por resoluções de pilhas e baterias e diversas resoluções de produtos



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

perigosos que precisam ter adequado gerenciamento de resíduos. Em seguida apresentou o Relatório Anual de Coleta de Óleo Lubrificante Usado e Contaminado.

Acesse o relatório anual de coleta de óleo lubrificante usado e contaminado em:

[https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com\\_sisconama&task=documento.download&id=26037](https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com_sisconama&task=documento.download&id=26037)

e) **Apresentação sobre a nova contribuição nacionalmente determinada (NDC) brasileira com metas para 2035 – Aloísio Lopes (Diretor de Políticas de Mitigação, Adaptação e Instrumentos de Implementação da Secretaria Nacional de Mudança do Clima)** – Apresentou o histórico do processo para chegar até a proposta de NDC e uma síntese da NDC do Brasil.

Acesse a apresentação em:

[https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com\\_sisconama&task=documento.download&id=26063](https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com_sisconama&task=documento.download&id=26063)

- **José Truda (Instituto Baleia Jubarte)** – Informou que a bancada da sociedade civil, em diálogo com diversos outros atores, considera a nova NDC do Brasil insuficiente. Reconhecem a necessidade de ajustes políticos e consenso no governo, mas desejam que a ambição ambiental da plataforma eleitoral se reflita na NDC. Embora tenha havido consulta à sociedade, acreditam que ela deve ser mais aprofundada. O Plano Clima precisa de mecanismos de implementação claros, e o Conama e a Conferência Nacional de Meio Ambiente são vistos como instâncias importantes para a participação da sociedade civil. Por fim, destacam a importância de chegar a Belém com uma postura mais ambiciosa e um posicionamento adequado sobre financiamento para facilitar a cooperação internacional nas metas climáticas.
- **João Paulo Capobianco (Secretário Executivo)** – Esclareceu que o processo de definição das metas de emissões seguiu uma metodologia rigorosa, utilizando projeções e cenários de emissões elaborados pela UFRJ, que é reconhecida internacionalmente pelo IPCC. Assim, é uma metodologia qualificada e, por meio dessa ferramenta, foram analisadas diversas possibilidades e níveis de ambição, variando desde as propostas mais radicais, como as sugeridas pelo Ministério do Meio Ambiente, até as mais moderadas de outros Ministérios. Mesmo nas projeções mais ambiciosas, não foi possível estabelecer metas abaixo do piso atual, pois os cenários levam em conta a tecnologia disponível, além das trajetórias projetadas por outros países e as tendências globais de evolução das emissões. O desafio principal é definir metas setoriais para diferentes áreas da economia, o que exige cálculos e projeções consistentes para garantir que as metas estabelecidas sejam viáveis e fundamentadas. Embora as metas atuais sejam desafiadoras, há espaço para reduzi-las, dado o avanço das



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

inovações tecnológicas e a revolução das energias renováveis. No entanto, isso dependerá da conjuntura e da continuidade das políticas públicas.

**f) Apresentação da Pesquisa "Conama - arquitetura institucional para um conselho mais representativo" - Maira Rodrigues (CEBRAP).** Foi feita uma breve introdução sobre o CEBRAP, a metodologia da pesquisa e a parceria com a WWF Brasil e o Imaflora. Em seguida apresentou os principais resultados da pesquisa.

Acesse o policy brief da pesquisa em:

[https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com\\_sisconama&task=documento.download&id=26039](https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com_sisconama&task=documento.download&id=26039)

**g) Apresentação sobre as Recomendações do Grupo de Trabalho Técnico Interministerial sobre Colegiados, Conselhos e Conferências Nacionais – Ronald Ferreira dos Santos (Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência).** Apresentou as principais políticas do governo Lula relacionadas ao fortalecimento da participação, com a criação da Secretaria Nacional de Participação Social e assessorias em cada ministério para fortalecer a participação social. O objetivo é estabelecer um sistema interministerial para reconstruir o processo democrático no Brasil, promovendo a recomposição de conselhos, a retomada de conferências e a implementação de ajustes baseados nas lições dos mandatos anteriores. Destacou o uso de tecnologias e o Espaço Digital, com a Secretaria de Participação e Comunicação Digital, e o planejamento orçamentário, agora estratégico na Secretaria Nacional de Participação Social. A principal inovação foi a criação do PPA participativo de 2023, com ênfase em temas como combate à fome, mudanças climáticas, democracia e governança, que nortearão as políticas públicas nos próximos quatro anos.

Acesse o relatório de recomendações para colegiados, conselhos e conferências nacionais em:

[https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com\\_sisconama&task=documento.download&id=26038](https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com_sisconama&task=documento.download&id=26038)

**h) Apresentação sobre o Relatório do Grupo Assessor de Revisão da Composição do Conama – Heloísa Dias (Sociedade Civil) –** Iniciou explicando o processo de elaboração do relatório que seria apresentado, destacando que o Grupo Assessor inclui representantes de todos os setores do Conama. Esclareceu que a proposta não era exclusiva da sociedade civil e que foi aprovada por unanimidade dentro do grupo. Ressaltou a grande expectativa em relação à resolução da questão e contextualizou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 623, mencionando a liminar que suspendeu o Decreto de 2019. Este decreto alterou de forma arbitrária a composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente, levando a Corte a reconhecer a restrição ao direito de participação social, o que resultou na suspensão das atividades do Conama em 2022. Após essa explanação, apresentou o Relatório do Grupo Assessor sobre a Composição do Conama e a proposta



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

da sociedade civil de convocar uma reunião extraordinária do Conselho, um dia antes da próxima reunião ordinária, com o objetivo de tratar exclusivamente desse tema e otimizar os custos.

Acesse o relatório do Grupo Assessor de Revisão da Composição do Conama em:

[https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com\\_sisconama&task=documento.download&id=26034](https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com_sisconama&task=documento.download&id=26034)

- **Hélder Queiroz (Instituto Mamirauá)** – Encaminhou um ofício à mesa formalizando a solicitação de convocação de uma reunião extraordinária com o tema da nova composição do Conama, que seja antecedente à próxima plenária do Conama.
- **João Paulo Capobianco (Secretário Executivo)** - Lembrou que a composição do Conama depende de um decreto do Presidente da República e que, embora o Conama delibere, a decisão final está sujeita à concordância do presidente e à edição de um novo decreto. Ressaltou a importância de esclarecer esses limites, para evitar a expectativa de que as deliberações do plenário sejam automaticamente adotadas pelo presidente, prevenindo mal-entendidos e frustrações desnecessárias. Destacou, ainda, que os aperfeiçoamentos são sempre bem-vindos.

Colocou em votação a proposta de convocação de uma reunião extraordinária para o período da tarde, às 14 horas, no dia 11 de março, após a reunião da Tripartite, que ocorrerá pela manhã. A proposta foi aprovada.

Solicitou que todos os conselheiros analisassem a proposta e discutissem com suas entidades e representados a posição sobre o tema, visando tornar a reunião mais objetiva. Propôs que os representantes dos setores no Conama encaminhassem recomendações e sugestões dentro de um prazo definido pela secretaria executiva, que sistematizaria essas contribuições e as devolveria aos participantes. Assim, a reunião extraordinária começaria já com propostas de ajustes, facilitando o andamento dos trabalhos.

- i) **Apresentação sobre o Relatório Anual de Destinação de Pneus Inservíveis – Karina Oliveira Chan (Diretora de Qualidade Ambiental substituta do Ibama)**. Apresentou dados relacionados à destinação de pneus inservíveis do ano de 2023, em atendimento ao que estabelece a Resolução Conama nº 416 de 2009.

Acesse o Relatório Anual de Destinação de Pneus Inservíveis em:

[https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com\\_sisconama&task=documento.download&id=26032](https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com_sisconama&task=documento.download&id=26032)

- **Cláudia Lins (Confederação Nacional de Municípios)** - comentou sobre a importância de atualizar a resolução do Conama sobre pneus inservíveis, que é de 2009, em conformidade



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

com a Lei 12.305 de 2010. Essa lei estabelece que a responsabilidade pela logística reversa dos pneus é do setor empresarial, e que, se os municípios precisarem realizar a coleta e destinação final, devem ser ressarcidos, o que não ocorre atualmente. Lins destacou que os municípios estão arcando com essa responsabilidade, utilizando a resolução do Conama como justificativa para não cumprirem a lei. Por isso, defendeu a revisão da resolução, que poderia ser feita por decreto ou outra via, e não apenas por acordo setorial.

- **João Paulo Capobianco (Secretário Executivo)** - considerou o ponto extremamente relevante e sugeriu que os representantes dos municípios se organizassem para propor uma minuta de resolução do Conama, com análise de impacto regulatório, para submeter ao CIPAM e levar ao plenário. Ele enfatizou que o Conama funciona por iniciativa dos conselheiros e que uma das ações mais importantes é corrigir ou propor inovações nas resoluções existentes. Capobianco aguardou uma proposta para a próxima reunião do Conama.

## 7. INFORMES

- **Lauro Bacca (Acaprena)** relatou a recente plenária da Comissão Internacional da Baleia, onde a proposta brasileira de criação do Santuário de Baleias do Atlântico Sul não foi aprovada por um único voto. Destacou a importância da ministra Marina e do presidente Lula para reverter a situação na próxima plenária em 2026. Também mencionou a prisão irregular do ativista Paul Watson na Dinamarca, pedindo apoio para sua libertação e sensibilização da ministra.
- **João Paulo Capobianco (Secretário Executivo)** reconheceu que já houve manifestações da ministra Marina e do presidente Lula sobre a prisão de Paul Watson, considerando a situação inaceitável, e afirmou que continuarão a atuar para garantir sua libertação.
- **Juliana Gatti (Instituto Alana)** expressou preocupação com a supressão de árvores e corredores ecológicos nas cidades, especialmente os impactos sobre crianças e adolescentes. Defendeu a colaboração para conter a supressão ilegal e fortalecer o controle e a conservação, além de engajar os municípios em soluções baseadas na natureza e apoiar a criação de planos diretores com participação de jovens.
- **Lauro Bacca (Acaprena)** sugeriu elaborar uma moção para regular o excesso de painéis de propaganda nas estradas e chamou a atenção para a problemática ocupação de Balneário Camboriú, alertando para os altos valores imobiliários na região, que é comparada a "Dubai brasileira".
- **João Paulo Capobianco (Secretário Executivo)** destacou que o tema da regulação de painéis publicitários é de competência municipal e sugeriu que a Anamma ou a Confederação Nacional dos Municípios discutam a questão, visto sua relevância para as leis locais.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- **Fabiano Silva (FVA)** anunciou o Encontro da Rede Nacional de Mosaicos e Áreas Protegidas, que ocorrerá em Brasília no próximo ano, destacando a importância do evento para a conservação ambiental.

## 8. ENCERRAMENTO

- Reunião encerrada às 14h10.